

# 4ª REUNIÃO DO COGEST

Out/2016

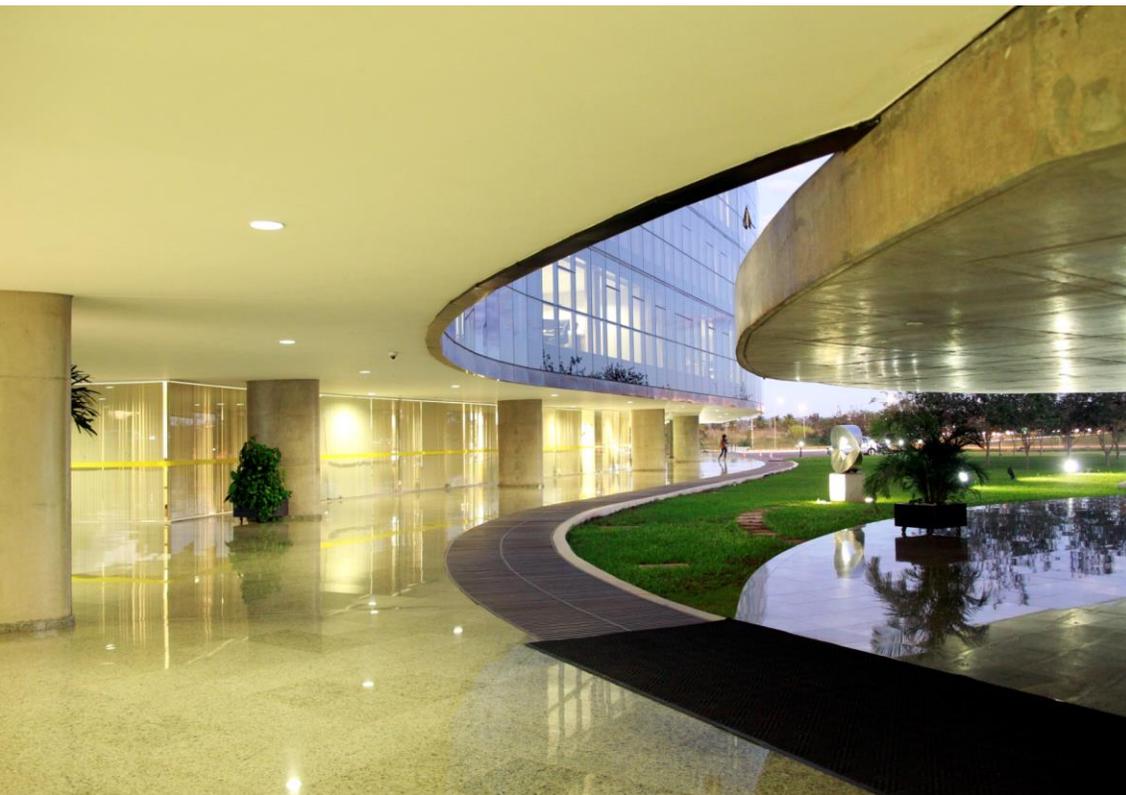


# 4ª REUNIÃO DO COGEST

Out/2016

## Pauta:

- ✓ Avaliação do desenvolvimento dos projetos estratégicos da Justiça Federal;
- ✓ Validação final da proposta de metas para 2017;
- ✓ Aprovação do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI;
- ✓ Novo ciclo de governança.



## Portfólio de Projetos Estratégicos em destaque



Carta de Serviços  
da JF



Demanda Repetitiva  
PESQUISA



MNI - Interoperabilidade



Controles Internos



PROJETO : Desenvolvimento do Sistema Nacional de Cálculos Judiciais em nova tecnologia

Gestor: Desembargador Federal Marcos Augusto de Sousa



PROJETO : PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

Gestor: Juiz Federal Marcelo Albernaz

## AÇÕES REALIZADAS

100% na **TNU**.

45% na **1ª Região** (implantado no DF e em 12 estados, correspondente à 71% das subseções judiciárias, em matéria cível (mandado de segurança e monitórias) e no 2º grau.

22% na **3ª Região** (implantado em SP em 24% das subseções judiciárias. Todas as competências, exceto criminais e execuções fiscais) e no 2º grau.

72% na **5ª Região** (implantado nos 6 estados e em 100% das subseções judiciárias. Todas as classes em matéria cível. A execução penal tramita em 4 estados e toda competência penal no Rio Grande do Norte).



43% de  
implantação

### PROJETO : PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

## AÇÕES PLANEJADAS

| TNU   | 1ª Região   | 2ª Região   | 3ª Região  | 5ª Região   | Outras   |
|---|---|---|--|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"><li>• Implementar a baixa automática para as turmas regionais</li><li>• Implementar o Diário de Justiça Eletrônico</li><li>• Continuidade dos trabalhos iniciados para expansão para JEF, criminal e execução fiscal.</li></ul> | <ul style="list-style-type: none"><li>• Implantar em MG (27 subseções)</li><li>• Expandir o PJe para todas as classes cíveis em Roraima</li></ul> | <ul style="list-style-type: none"><li>• Iniciar a implantação do PJe na 2ª Região (aguarda-se cronograma)</li></ul> | <ul style="list-style-type: none"><li>• Implantar em SP (32 subseções restantes) e em MS (7 subseções)</li></ul> | <ul style="list-style-type: none"><li>• Migrar a versão do PJe utilizada pela 5ª Região para a versão nacional (PJe 2.0).</li></ul> | <ul style="list-style-type: none"><li>• Estruturar Polo de Desenvolvimento do PJe para atender as demandas da Justiça Federal.</li></ul> |

## PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS

*Designar profissionais das áreas de TI para atuarem, exclusivamente, no Polo de Desenvolvimento do PJe.*

*Deliberar sobre os cronogramas de implantação do PJe na Justiça Federal.*

# 4ª REUNIÃO DO COGEST

## Out/2016



### PROJETO : Pesquisa sobre Demandas Repetitivas

Gestora: Juíza Federal Vânia Cardoso

#### Ações realizadas

Elaboração de projeto com a Universidade de Brasília

- Resultado: custo/benefício não identificados

#### Ações planejadas

- Elaboração de novo projeto de estudo/pesquisa a ser coordenado pelos juízes federais e executado pelos servidores do Centro de Estudos Judiciários, em parceria com servidores da Corregedoria-Geral da Justiça Federal e da Secretaria de Estratégia e Governança/CJF

# 4ª REUNIÃO DO COGEST

## Out/2016



PROJETO : Carta de Serviços da Justiça Federal

Gestora: Cintia Lima



Visa informar aos cidadãos quais os serviços prestados, como acessar e obter esses serviços

Divulga os serviços prestados com compromissos de atendimento

Atende à Lei de Acesso à Informação – LAI



PROJETO : Implantação do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI)

Gestor: Eduardo Picarelli

## Ações realizadas

*Diagnóstico da situação do MNI nos TRFs (Tribunais com estágios diferentes de integração)*

*Promover integração com a TNU – Propiciado pela participação decisiva da Corregedoria-Federal – TRF<sub>4</sub> e TRF<sub>5</sub> integralmente – Falta retorno dos processos da TNU*

*Promover integração com Escritório Digital – TRF<sub>4</sub>*

*Ajuizamento de Execução Fiscal (conduzida pelo TRF<sub>5</sub> – TRF<sub>4</sub> já integrado e TRF<sub>1</sub> em vias de iniciar a integração)*

*Sugestões de melhorias na versão 3.0 do MNI*

# 4ª REUNIÃO DO COGEST

## Out/2016



PROJETO : Implantação do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI)

### AÇÕES PLANEJADAS

*Integração com DATAPREV/INSS (em tratativas)*

*Integração com SERPRO/Receita (em fase de levantamento de demandas)*

*Integração com CEF (depósitos judiciais – próxima demanda)*

# 4ª REUNIÃO DO COGEST

## Out/2016



PROJETO : Implantação do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI)

### PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS

*Priorização por parte  
dos TRFs: que sistemas  
serão integrados?*



PROJETO : Requisitos mínimos de funcionamento dos controles internos

Gestor: Pedro Oishi

## Ações realizadas



# 4ª REUNIÃO DO COGEST

## Out/2016



PROJETO : Requisitos mínimos de funcionamento dos controles internos

Ações planejadas

### 1ª etapa

- Apresentação da proposta de metodologia do Sistema de Controles Internos à Alta Administração do TRF2.
- Adaptação da proposta de acordo com orientações da Alta Administração do TRF2.

### 2ª etapa

- Apresentação da proposta aos Regionais para apreciação.
- Consolidação das sugestões dos Regionais.
- Preparação e divulgação do material didático.

### 3ª etapa

- Implantação da metodologia nos Regionais.

# 4ª REUNIÃO DO COGEST

## Out/2016

CANCELADO

### PROJETOS COM PROPOSTA DE CANCELAMENTO



#### **Desenvolvimento das ações do plano de comunicação da estratégia**

Justificativa: sugestão de execução de ações regionais.



#### **Estudos sobre a atratividade para ingresso e permanência na carreira de magistrado da Justiça Federal**

Justificativa: substituição da iniciativa por outra que vise auxiliar na melhoria da produtividade.

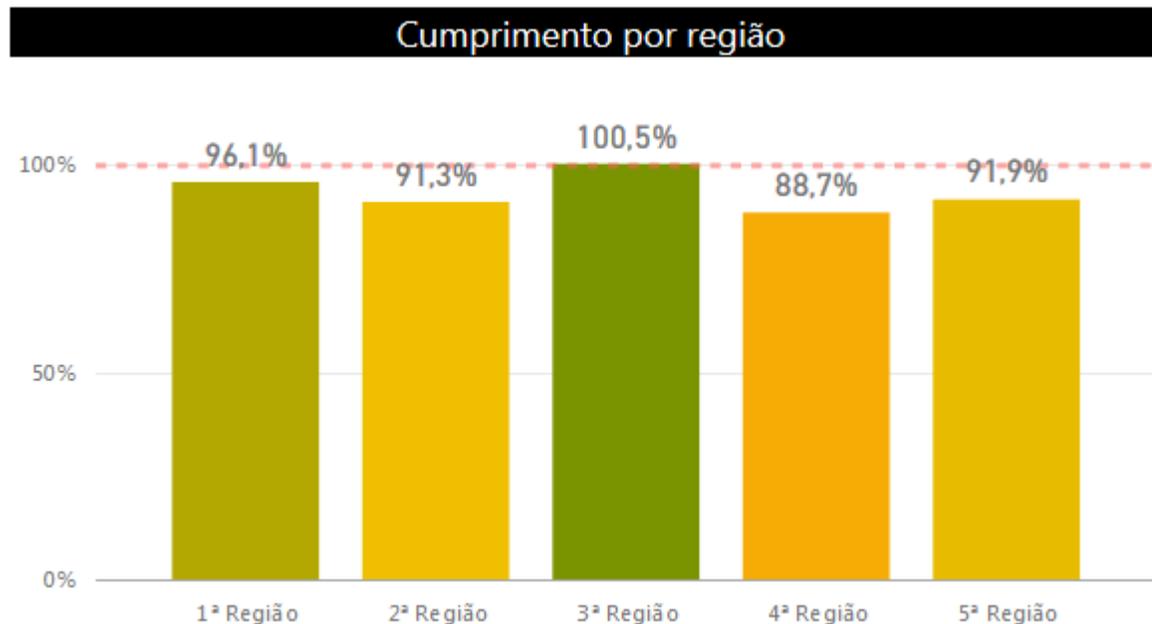
# Proposta de Metas 2017

## Justiça Federal

# Meta 1 - Produtividade (mantida)

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Dados atualizados em 24/10/2016

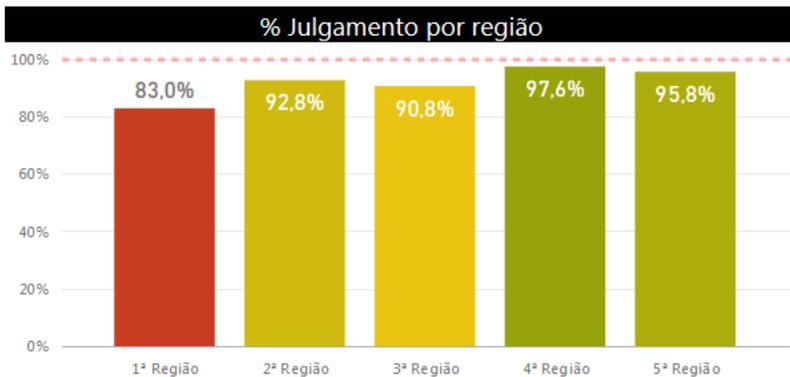


## Meta 2 - Celeridade (proposta de alteração)

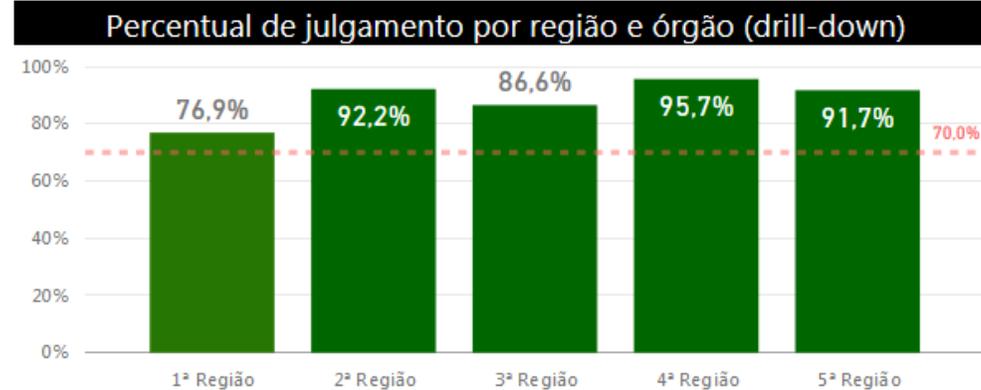
| 2016   | Proposta para 2017  |
|--|---|
| <p>Identificar e julgar, no ano corrente, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e, pelo menos, 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, no 1º e 2º graus; pelo menos 100% dos distribuídos até 31/12/2012 e, pelo menos, 90% dos distribuídos até 31/12/2013 nos juizados especiais federais; pelo menos 100% dos distribuídos até 31/12/2012 e, pelo menos, 70% dos distribuídos até 31/12/2013 nas turmas recursais.</p> | <p>Identificar e julgar, no ano corrente, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e pelo menos, 85% dos processos distribuídos em 2013, no 1º e 2º graus, e 100% dos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais federais e nas turmas recursais.</p> |

# Meta 2 - Celeridade (Resultado 2016)

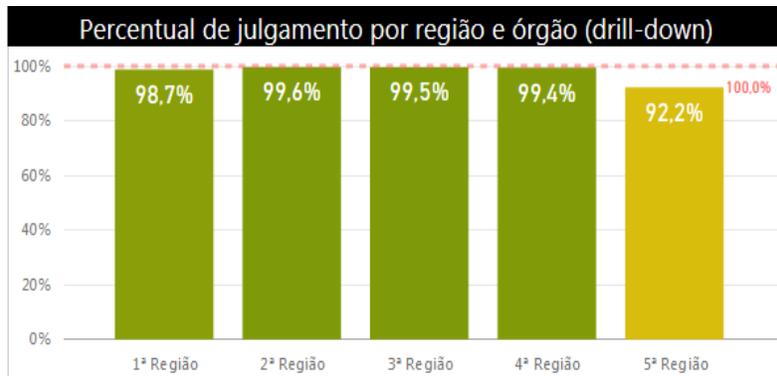
1º e 2º graus – 5 anos - 100%



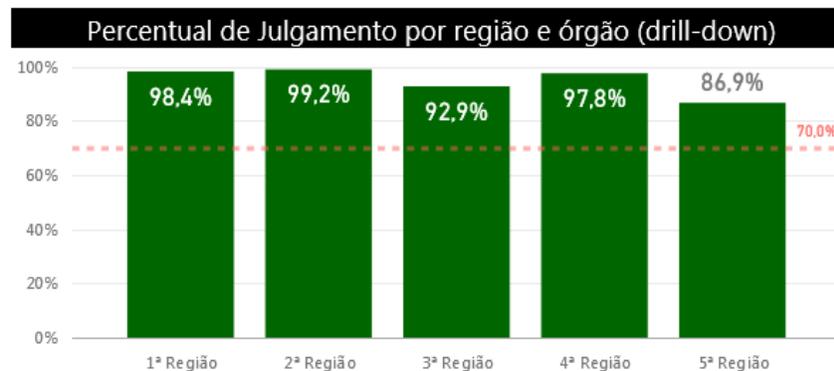
1º e 2º graus – 4 anos – 70%



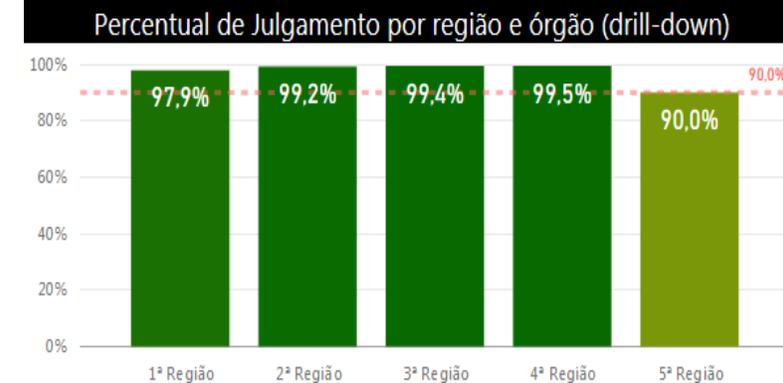
Turmas Recursais e Juizados – 4 anos – 100%



Turmas Recursais – 3 anos – 70%



JEFs – 3 anos – 90%



## Meta 3 - Conciliação (proposta de alteração)

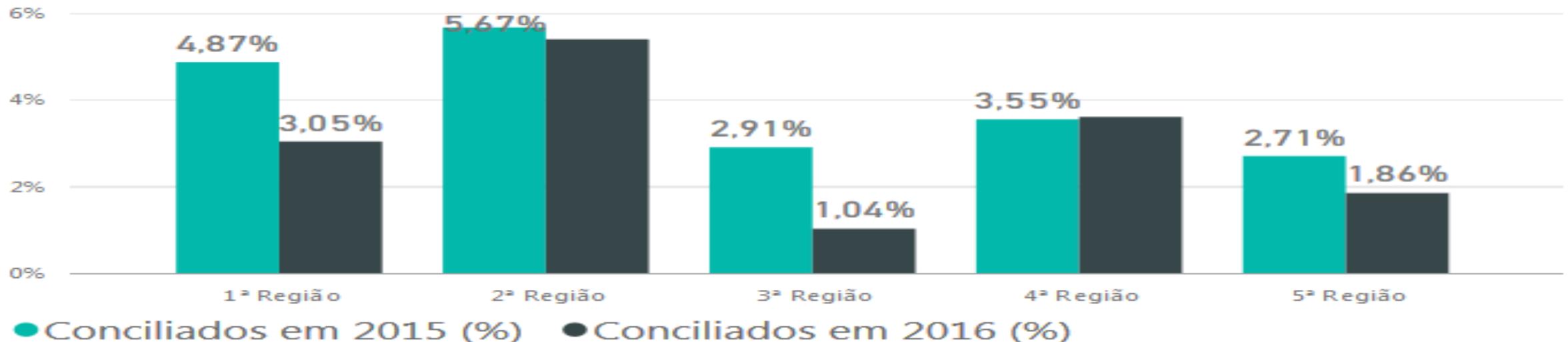
2016

Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior.

Proposta para 2017

Alcançar o percentual de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos.

### Proporção de processos conciliados em relação aos distribuídos



Dados atualizados em 24/10/2016

## Meta 4 - Improbidade Administrativa (proposta de alteração)

| 2016  | Proposta para 2017  |
|---|---|
| Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014. | Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até <b>31/12/2014</b> . |

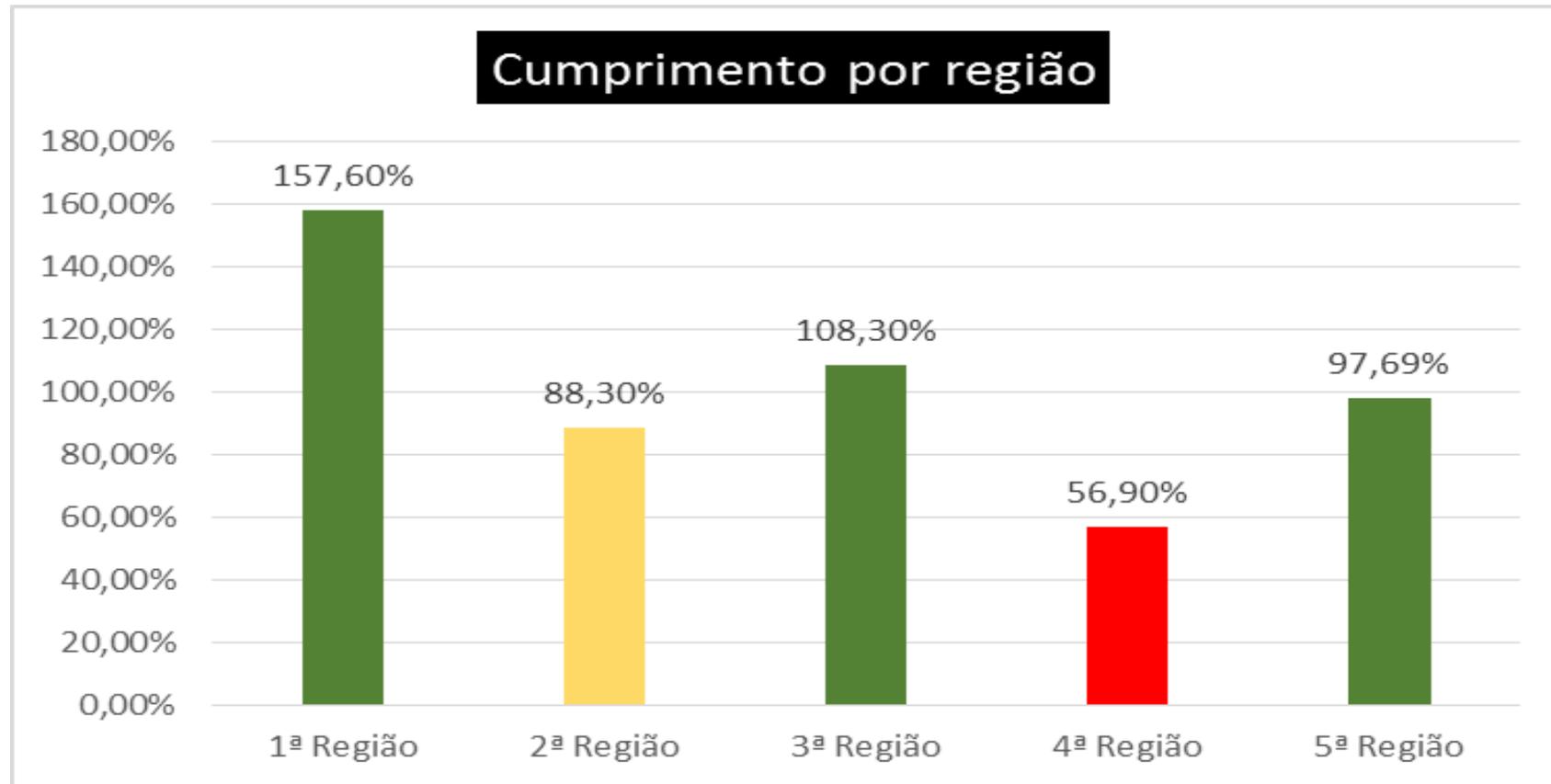


Dados atualizados em 24/10/2016

## Meta 5 – Execuções não fiscais (manter)

Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a dos casos novos de execução não fiscal no ano corrente.

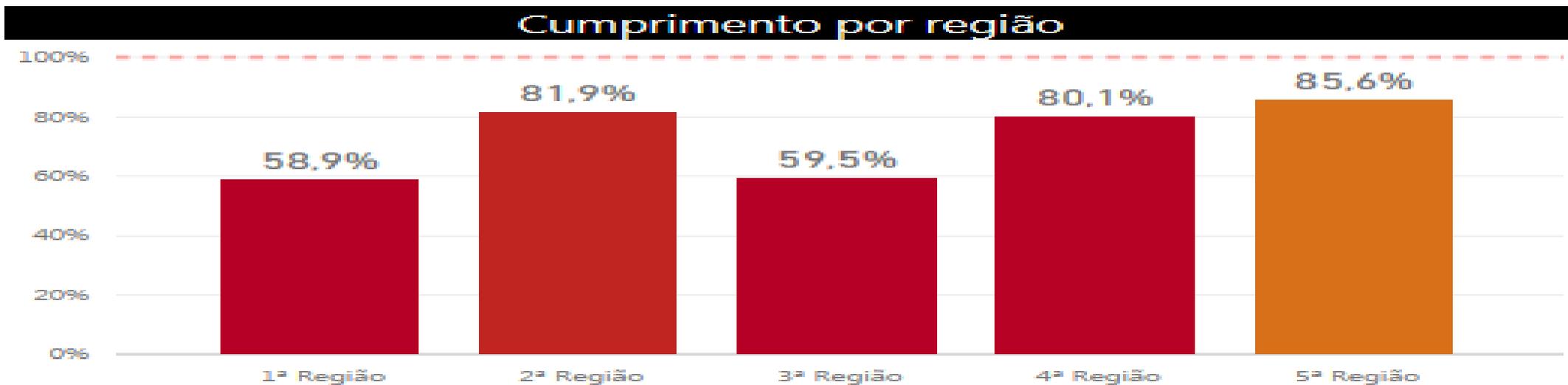
Dados atualizados em 27/10/2016



Os dados da 1ª e da 4ª Regiões não incluem os processos dos Juizados.

## Meta 6 - Ações coletivas (proposta de alteração)

| 2016   | Proposta para 2017  |
|--|---|
| Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 100% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 no 1º e 2º graus. | FAIXA 3: Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus.<br>FAIXA 2: Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 80% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus.<br>FAIXA 1: Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 85% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus. |

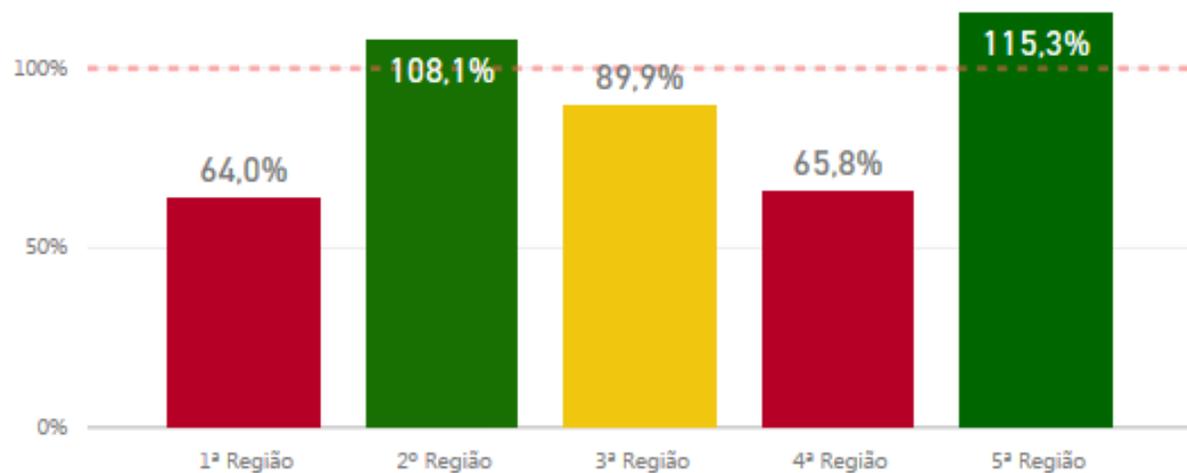


Dados atualizados em 24/10/2016

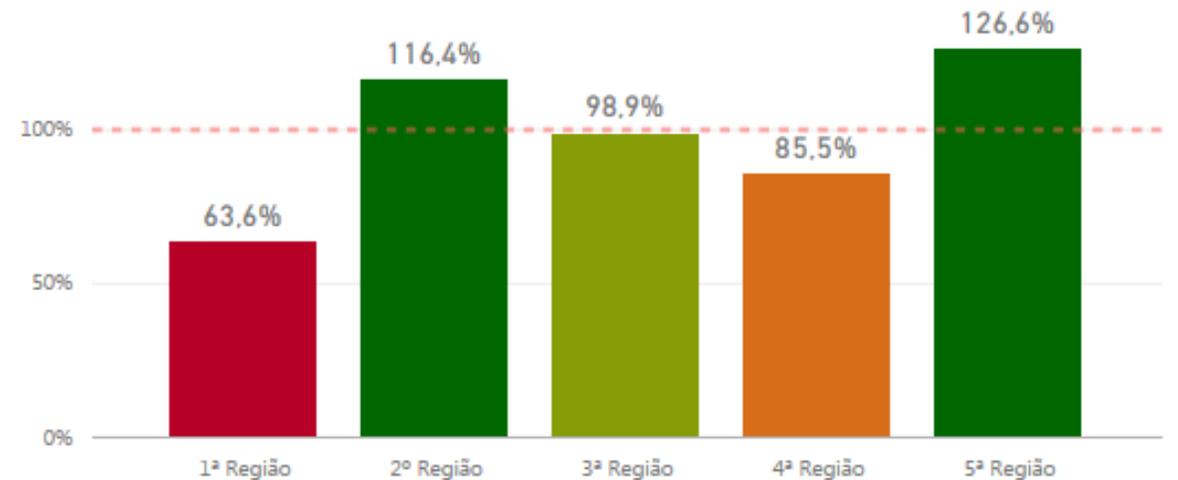
## Meta 7 – Ações criminais (manter)

- Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.
- Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Cumprimento (julgados) por região e órgão (drill-down)



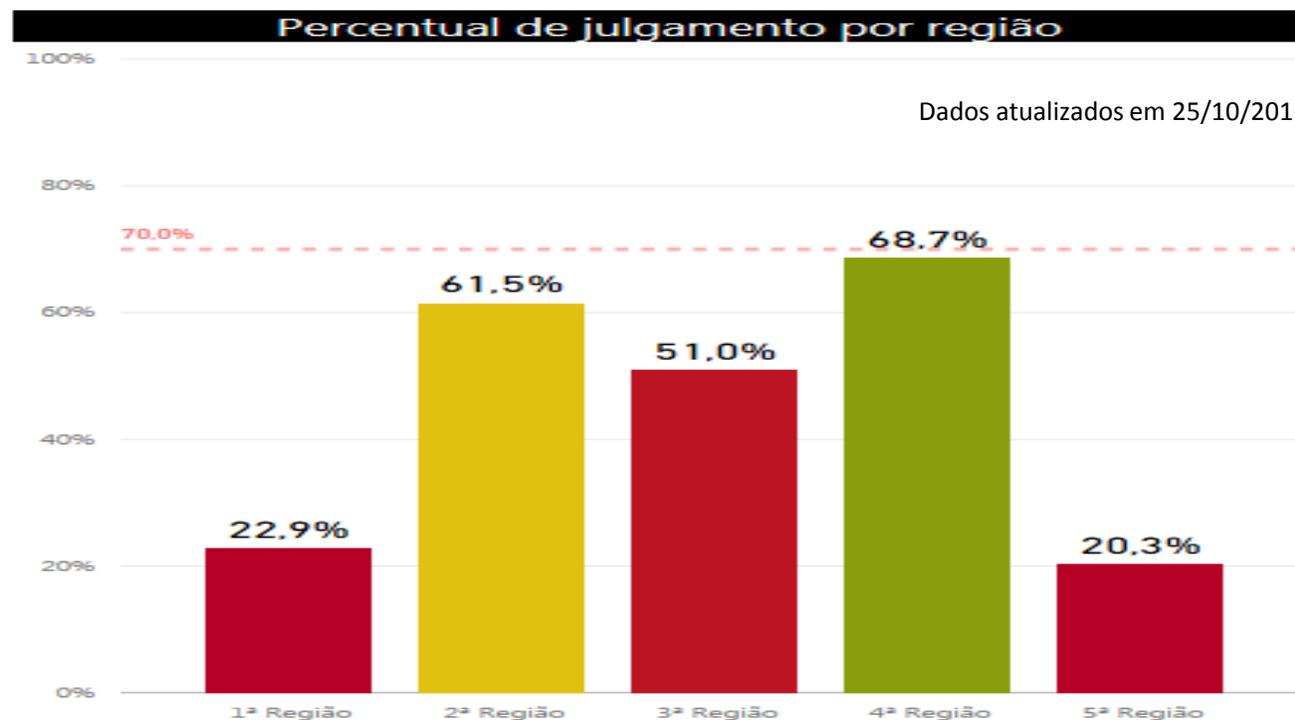
Cumprimento (baixados) por região e órgão (drill-down)



Dados atualizados em 25/10/2016

## Meta 8 - Ações criminais (proposta de retração)

| 2016   | Proposta para 2017   |
|--|--|
| Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014. | Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014. |



## Proposta de indicadores

|  |   |
|--|---|
| <b>INDICADOR DE PRODUTIVIDADE DE MAGISTRADOS</b>   | Índice de produtividade de magistrados  |
| <b>INDICADOR DE PRODUTIVIDADE DE SERVIDORES</b>    | Índice de produtividade dos servidores  |
| <b>INDICADOR DE SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS</b> | Percentual de avaliação positiva do sistema de controles internos em cada região.   |
| <b>INDICADOR DE GOVERNANÇA</b>                     | Percentual de aderência às práticas de gestão estratégica em cada região.   |
| <b>INDICADOR DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS</b>     | Tempo de tramitação dos processos referentes a auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e benefício assistencial, da distribuição até o 1º julgamento e da distribuição até a baixa definitiva, no 1º e 2º graus, JEFs e Turmas Recursais. |

# Propostas para o tema Benefícios Previdenciários

## 1. Iniciativa:

Estabelecer laudo padrão com requisitos mínimos a serem observados nas perícias médicas realizadas pelo Poder Judiciário e pelo Poder Executivo, por meio de ações coordenadas com o Fórum Nacional da Mediação e Conciliação - FONAMEC, com a Advocacia Geral da União, OAB e a Previdência Social

## 2. Indicador:

Tempo de tramitação dos processos referentes a auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e benefício assistencial, da distribuição até o 1º julgamento e da distribuição até a baixa definitiva, no 1º e 2º graus, JEFs e Turmas Recursais.

[Estudo sobre assuntos mais recorrentes na JF](#)

## Metas suspensas

| Numeração | Meta   | Justificativa da suspensão                               |
|-----------|--|--|
| 12 e 13   | Absenteísmo de magistrados e servidores                        | Aguardar o resultado da pesquisa de clima organizacional |
| 14 e 15   | Adesão de magistrados e servidores ao exame de saúde periódico | Aguardar o resultado da pesquisa de clima organizacional |
| 16 e 17   | Clima organizacional   | Meta é trienal   |

# 4ª REUNIÃO DO COGEST

## Out/2016

### Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI

Resolução CNJ nº 211, de 15/12/2015

#### Recursos

- Aperfeiçoar as competências
- Prover infraestrutura de TIC

#### Processos Internos

- Aperfeiçoar governança e gestão
- Aprimorar as contratações
- Promover adoção de padrões tecnológicos
- Integração e Interoperabilidade

#### Resultados

- Primar pela satisfação dos usuários

Art. 26. Os órgãos submetidos ao ... CNJ ... deverão alinhar... Planos Estratégicos de Tecnologia da Informação e Comunicação e Planos Diretores de Tecnologia da Informação e Comunicação à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário.

IV - possuir pelo menos 1 (um) indicador de resultado para cada Objetivo Estratégico, o qual permita aferir o nível ou grau de cumprimento das Diretrizes Estratégicas de Nivelamento em relação aos aspectos contidos nos Viabilizadores de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação

### Ciclo da Governança da Justiça Federal – Resolução CJF-RES-2016/00400

#### Resultados de 2015

| Grupo           | Estrutura e Funcionamento da Rede de Gov. | Gestão de Pessoas e da Informação | Execução da est. - Melhoria, Inov. e Controle | Monit. e Aval. de Resultados | Comunicação, Rel. Institucional e Transparência | iGovJF 2015 |
|-----------------|---|-----------------------------------|---|------------------------------|---|-------------|
| 1ª Região       | 49,9                                      | 32,4                              | 25,4  | 44,2                         | 25,5  | 34,9        |
| 2ª Região       | 37,5                                      | 40,7                              | 38,3  | 60,6                         | 41,6  | 42,6        |
| 3ª Região       | 62,1                                      | 42,8                              | 27,2  | 48,2                         | 28,8  | 41,4        |
| 4ª Região       | 62,8                                      | 59,3                              | 47,0  | 65,2                         | 32,2  | 53,7        |
| 5ª Região       | 50,0                                      | 47,3                              | 25,4  | 44,8                         | 34,8  | 40,1        |
| CJF             | 75,0                                      | 56,4                              | 49,3  | 74,5                         | 63,7  | 62,2        |
| Justiça Federal | 52,2                                      | 41,3                              | 30,1  | 49,6                         | 31,2  | 40,4        |



Próximo ciclo  
nov/dez/2016

# 4ª REUNIÃO DO COGEST

Out/2016

